



História Unicap
ISSN 2359-2370

Quem vigia os vigilantes? Presos políticos e carcereiros num presídio da ditadura civil-militar

Who watches over the watchmen? Political prisoners and jailers in a prison of the civil-military dictatorship

José Airton de Farias*

airtondefarias@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo trata das relações entre carcereiros e presos políticos mantidos pela ditadura civil-militar no presídio cearense Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), na década de 1970. Tem como pressuposto teórico a noção de Michel de Certeau sobre fronteira, entendendo-a como um terceiro espaço que permite a existência de contatos, pontes e influências entre grupos sociais distintos. Buscamos compreender como as relações com os agentes prisionais contribuíram para as reconstruções de identidades e projetos políticos dos militantes de esquerda armada. Os distanciamentos sociais e os estereótipos pelos quais se viam presos e militantes foram, aos poucos e em partes, sendo removidos ante a convivência intensa na fronteira. Os carcereiros acabaram percebendo as distinções dos militantes encarcerados em relação aos presos comuns. Os ativistas buscaram o contato e diálogo com os carcereiros como forma de tentar minimizar o isolamento que a ditadura almejava lhes impor e melhorar as condições de existência dentro dos cárceres. Agentes prisionais prestavam pequenos favores aos militantes, chegando mesmo a serem influenciados politicamente por estes. As violações de fronteiras, não obstante, igualmente provocaram tensões e atritos.

Palavras-chave:

Ditadura civil-militar; esquerda armada; prisão.

Abstract:

This article deals with the relationship between jailers and political prisoners held by the civil-military dictatorship in the Ceará prison in the 1970s. It has as its theoretical presupposition the notion of Michel de Certeau on the border, understanding it as a third space that allows the existence of contacts, bridges and influences between different social groups. We sought to understand how relations with prison agents contributed to the reconstruction of identities and political projects of militants of the armed left. The social distances and stereotypes by which they were arrested and militants were gradually and in part removed from the intense coexistence on the border. The jailers came to realize the distinctions of the prisoners in relation to the common prisoners. The activists sought the contact and dialogue with the jailers as a way to try to minimize the isolation that the dictatorship wanted to impose and better the conditions of existence inside prisons. Prison officers gave small favors to the militants, even being politically influenced by them. Border violations, however, have also provoked tensions and friction.

Keywords:

Civil-military dictatorship; armed left; prison.

* Doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa *Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*. Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE).

A 31 de março de 2015, a Secretaria de Justiça do Estado do Ceará (SEJUS) promoveu um debate sobre os 51 anos do golpe civil-militar de 1964. Entre os palestrantes, uma dupla chamou a atenção: o agente penitenciário Antônio Rodrigues de Sousa e o ex-presos político e ex-integrante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Mário Albuquerque.

O inusitado é que o primeiro atuou como carcereiro (esse era o termo usado nos anos 1970) do segundo no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), durante a ditadura militar. Situado na região metropolitana de Fortaleza, no município de Itaitinga, o presídio foi inaugurado a 12 de setembro de 1970, no final do governo cearense de Plácido Aderaldo Castelo (1966-70) – e desativado em 2013, devido à precariedade das estruturas físicas, violação de direitos humanos e fuga dos encarcerados. A partir de 1971, começou a receber internos, inclusive os inimigos políticos da ditadura civil-militar, que vigorou no Brasil entre 1964-85. Não se conhece com exatidão o número de pessoas encarceradas por razões políticas no IPPS durante a década de 1970. Os arquivos do presídio, conforme apuramos junto a entrevistados e ao próprio governo do Ceará, foram destruídos nos anos 1990, queimados quando de revoltas dos presos comuns e boa parte da documentação da burocracia da ditadura não está disponível aos pesquisadores no Ceará. Em nossa pesquisa de doutorado, em um levantamento parcial, encontramos o nome de 63 pessoas mantidas presas no Paulo Sarasate em virtude de alguma militância política. Desse número, 44 eram de integrantes de organizações armadas. Compete enfatizar que é esse não é um dado definitivo, pela limitação dos documentos aos quais tivemos acessos. Possivelmente, o número seja um pouco maior.

A ideia da referida palestra sobre a ditadura, na Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, fora do então titular da pasta, o advogado Hélio Leitão, conforme o próprio nos confirmou em conversa. Surgiu quando Antônio Rodrigues e Mário Albuquerque se encontraram casualmente no escritório de Leitão na SEJUS. Albuquerque, à época, ocupava o cargo de presidente da comissão cearense de Anistia e Antônio Rodrigues era funcionário de carreira da Secretaria.

A palestra com a presença dos “ex-vigilante e ex-vigiado” foi bem “produtiva”, conforme o jornal O Povo, de 1º de abril de 2015, num clima de cordialidades e humor, com risos e lembranças de fatos pitorescos do que se passara há mais de três décadas. Na sua fala, Rodrigues foi enfático: “Quem defende isso [a ditadura] não sabe o que diz. Se existe algum problema hoje, que seja resolvido com mais liberdade”. Esse posicionamento era uma referência a grupos que, nos protestos de rua daquele ano, pedindo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, defenderam o retorno dos militares ao governo.

Sobre os “subversivos” do IPPS, Antônio Rodrigues afirmou ao O Povo que “acabei me tornando próximo de muitos deles. Alguns são amigos até hoje”. Mário Albuquerque, por sua vez, ressaltou a importância da democracia e abordou os sacrifícios e a luta de quem se mobilizou para defendê-la nos embates com a ditadura.

Pelas falas, mesmo com as memórias de conciliação presentes, percebe-se um senão, implicitamente revelador das relações entre carcereiros e presos políticos no IPPS. “Acabei me tornando próximo de muitos deles...”, disse Antônio Rodrigues. Ou seja, *depois, após um contato inicial*, o ex-carcereiro, acabou por se aproximar dos militantes da esquerda, a ponto *de alguns serem amigos até hoje*. Esse senão implícito, de que no *começo*, entenda-se,

que, nos primeiros contatos com os presos políticos no presídio, havia óbices, foi o ponto de partida para a entrevista realizada com o próprio Antônio Rodrigues para o doutorado. Nossa intenção na entrevista era buscar compreender como as relações com os carcereiros do IPPS tiveram relevo na reconstrução das identidades e projetos políticos dos militantes da esquerda armada encarcerados naquele presídio.

O Terceiro espaço

Antes de entendermos a ressalva implícita na fala do ex-carcereiro Antônio Rodrigues durante o evento da SEJUS, achamos importante lembrar que a ditadura, pelo menos oficialmente, não reconhecia a existência de resistência armada, crimes políticos e presos políticos no Brasil, se esforçando em passar à opinião pública nacional e internacional um clima de normalidade democrática e legal (FARIA, 2005). Não foi à toa o silêncio promovido quanto à guerrilha do Araguaia, cujos sobreviventes foram processados não pela ação revolucionária em si, mas por participarem de organizações clandestinas (TELES, 2011).

Os militantes da esquerda armada foram enquadrados por atentarem contra o decreto-lei nº 898, de 1969, a denominada Lei de Segurança Nacional (LSN). Essa Lei regulamentou os crimes contra o patrimônio, especialmente o assalto a bancos, e a pena de morte estabelecida pelo Ato Institucional nº 14 (AI-14).

Na LSN, curiosamente, seriam incluídos os infratores comuns que haviam praticado crimes parecidos com as ações de natureza política realizadas pelos ativistas da guerrilha, a exemplo de assaltos a bancos. Ou seja, seriam enquadrados na Lei indivíduos que não necessariamente haviam praticado assaltos com motivações políticas. Essa situação, por sinal, provocaria ressentimentos desse grupo de presos, em virtude dos rigores penais e carcerários aos quais foram submetidos. Tais pessoas não seriam indenizadas ou anistiadas com o fim da ditadura, como mais uma das contradições que marcou o processo de transição democrática no final dos anos 1970 e começo da década de 1980 (SUSSEKIND, 2014).

Como diz Cátia Faria (2005), ao não diferenciar crime comum e crime político, a ditadura deixava de reconhecer a natureza revolucionária das ações armadas das esquerdas e o caráter político das prisões e condenações dos militantes. Passava, outrossim, uma mensagem à sociedade, de que os detidos eram apenas bandidos, gente de má índole, “terroristas”, indivíduos a serem denunciados pelos “cidadãos de bem”, presos e isolados do resto da coletividade. Ou seja, constituía-se uma forma de a ditadura desqualificar seus opositores armados.

Não foi por acaso o esforço dos militantes de esquerda Brasil afora em firmar a identidade de presos políticos. A Lei era tão dura que criava situações inusitadas, como no caso de William Montenegro, ex-integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), preso no IPPS entre 1971-79:

Eu fui condenado à prisão perpétua e mais três anos. Era uma loucura, eu tinha que ficar para sempre na prisão e passar ainda três anos [risos]. Lembro foi lá um pessoal da faculdade de Direito, uns alunos, e me perguntam “qual é sua pena”. Eu disse: eu estou bem, pelo menos eu já cumpri os três anos, agora, só falta, a perpétua [risos].

Todo civil enquadrado na Lei de Segurança Nacional era julgado pela Justiça Militar. Esta organizava-se conforme a base territorial das forças armadas da área. No caso do Ceará, os inquéritos, após serem elaborados pelas

instituições de interrogatório, a exemplo da Polícia Federal e DOPS, iam a julgamento na Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar (10ª CJM) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001).

A auditoria era uma espécie de primeira instância, composta por cinco juízes, sendo quatro deles oficiais militares e um juiz togado. Ali também atuavam um promotor do Ministério Público Militar e um advogado de defesa, indicado pelo tribunal ou pelo acusado (TELES, 2011, p. 328). Das decisões da Auditoria da 10ª CJM caberiam recursos para o Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, a segunda instância. Do STM, por fim, poderia se recorrer para o STF (Supremo Tribunal Federal), a mais alta corte do judiciário brasileiro (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001).

Se não eram reconhecidos como presos políticos, os ativistas, portanto, deveriam ser tratados como os demais internos do sistema prisional. Na prática, como mostram pesquisadores (RIBEIRO, 2007; TELES, 2011), tal paridade não se verificou. Verdade que, como lembra Janaina Teles, o grau de opressão do sistema carcerário durante a ditadura apresentou variações e peculiaridades pelo País que impedem generalizações. Houve locais com estruturas carcerárias muito rígidas, como em Itamaracá, presídio pernambucano (CORTÊS, 2012); outros, mais brandas, como no caso do Instituto Penal Paulo Sarasate. De qualquer forma, entendemos que as relações mantidas entre presos políticos e carcereiros/agentes prisionais não podem ser descartadas no processo de reconstrução das identidades dos militantes de esquerda e na busca de melhores condições de existência dentro dos cárceres.

Para Erving Goffman (1974), em instituições como prisões, há uma distância social entre os internos e os dirigentes, grupos que tendem a enxergarem-se por meio de estereótipos rígidos e antagônicos. Os dirigentes, não raro, veem os internos como amargos e não merecedores de confiança. Os internos caracterizam os dirigentes como mesquinhos e arbitrários.

Materializa-se e se reproduz uma distância social entre os integrantes da equipe dirigente e os internos. Os membros da equipe dirigente tendem a se sentir superiores e corretos. Os internos, a sentirem-se fracos, censuráveis e culpados, pelo menos em alguns aspectos (GOFFMAN, 1974). Ratificando esse pensamento, Kiko Goifman (1998), ao tratar especificamente de presos comuns, afirma que,

numa prisão, os funcionários apresentam uma visão definida, com bases em suas experiências profissionais ou atuações cotidianas, acerca dos internos. Há os criminosos “feras”, elementos violentos e perigosos; os “malandros” ou “metidos a malandros”, que buscam causar impressão; os “bacanas”, que se relacionam bem com os agentes e guardas (GOIFMAN, 1998, p. 98).

Não negamos que esses princípios de hierarquização, estereotipia e distanciamento social estivessem presentes nas relações entre os funcionários de presídios, como o IPPS, e os presos políticos mantidos pela ditadura. Entretanto, entendemos, conforme Michel de Certeau (2004), que numa prisão também existem fronteiras, as quais se separam e segregam, por outro lado, possibilitam pontes de contatos, trocas, influências entre os grupos ali presentes. Para Certeau (2004, p. 214), fronteira corresponde a um terceiro entre dois espaços distintos, com uma série de símbolos, materializados ou imaginados, que separa, mas permite igualmente intercâmbios, transições e encontros.

A fronteira, afora demarcar espaços, é também um ponto de passagem, um espaço entre dois, um lugar terceiro, uma ambígua ponte, que “ora solda, ora contrasta insularidades, distingue-as e as ameaças. Livro do

fechamento e destrói autonomia, um jogo de interações, mediações, intercâmbios e encontros” (CERTEAU, 2004, p. 213-215).

A ponte também apresenta contradições: transgride o limite, possibilita a fuga, rompe com o fechamento, mas abriga, por outro lado, o enfrentamento e o contraste, “tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro” (CERTEAU, 2004, p. 215). As fronteiras podem ser concebidas como intangíveis, à proporção que não se concretizam em algo concreto, ou mesmo em limites reais, distinguindo grupos sociais.

Afirma ainda Certeau que a fronteira:

Dá prosseguimento a uma vida dupla em inumeráveis memórias de lugares e legendas cotidianas, resumidas muitas vezes em nomes próprios, paradoxos escondidos, elipses de histórias, enigmas pedindo decifração (...). Transgressão do limite, desobediência à lei do lugar, ele representa a partida, a lesão de um estado, a ambição de um poder conquistador, ou a fuga de um exílio, de qualquer maneira a “traição” de uma ordem. Mas ao mesmo tempo ergue um alhures que extravia, deixa ou faz ressurgir, fora das fronteiras, a estranheza que era controlada no interior, dá objetividade (ou seja, expressão e re-presentation) à alteridade que se escondia do lado de cá dos limites, de sorte que, cruzando a ponte para lá e para cá e voltando ao recinto fechado, o viajante aí encontra agora o outro lugar que tinha a princípio procurado partindo e fugido depois voltando. (...) Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro (CERTEAU, 2004, p. 196-197).

Decorrentes de diferenças e distâncias sociais, o conceito de fronteira aparece no cotidiano de espaços configurando limites entre distintos grupos. Certeau diz que não há especialidade que não organize as determinações de fronteiras (CERTEAU, 2004, p. 209). Ou seja, a partir das práticas cotidianas, pode-se observar várias fronteiras surgindo, se modificando ou se apagando, conforme as distintas relações que vão se formando no tempo e espaço.

Existem tantas interações fronteiriças quantos grupos sociais que atuem em determinado espaço. São interações pautadas pelo dinamismo, tendo em função as relações entre as apropriações de espaço e tempo. Assim, as fronteiras têm limites flexíveis e dinâmicos em virtude das apropriações progressivas e deslocamentos sucessivos dos agrupamentos sociais em interação (CERTEAU, 2004, p. 212-213).

Não obstante, a fronteira, apresenta um paradoxo. “Criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. Dos corpos em contato, qual deles possui a fronteira que os distingue?” (CERTEAU, 2004, p. 213). Isto é, as fronteiras paradoxalmente possibilitam tanto a comunicação como a separação, de modo que se deve buscar saber como surgem e se dão as demarcações entre os grupos construídas no decorrer do tempo e do espaço. “Estas fronteiras só podem ser identificadas e mensuradas em função das práticas sociais ao contrário dos limites concretos e tangíveis, pois o espaço necessariamente precisa estar ocupado para originar tais relações de encontro e de confronto entre grupos” (MOG, 2017).

Por ser o limite, a fronteira separa, demarca, mas igualmente possibilita a comunicação, diálogos, negociações, trocas, intercâmbio e interpenetrações de experiências. Nela há produção e reinvenção de sentidos e práticas. Nos contatos cotidianos dos presos políticos do IPPS, fossem com diretores, funcionários, presos comuns e até com seus parentes, os estereótipos, se não foram destruídos por completo, tiveram alguns dos seus elementos questionados e relativizados. Trocas aconteceram, influências deram-se. Nas fronteiras e pontes do IPPS, os adeptos da esquerda armada igualmente se refizeram.

Vigilantes e vigiados

Nem todos os agentes prisionais apresentavam uma rigidez ideológica anticomunista, comum entre os militares que trabalhavam no Paulo Sarasate. Ao contrário da imagem propagada por governo e imprensa de ferozes “subversivos”, os presos políticos “de carne e osso” eram menos “ameaçadores”. A convivência corroeu, em parte, os estereótipos e as convicções ideológicas que por ventura os carcereiros detivessem.

Os militantes da esquerda armada, gente vinda de classe média, com algum grau de instrução ou curso superior (FARIAS, 2007), eram pessoas articuladas, diferentes daquilo que os carcereiros possivelmente esperassem de criminosos. Não se pode esquecer que boa parte dos agentes, recém-ingressos no IPPS mediante concurso, como revelou-nos Antônio Rodrigues, eram jovens, de classe média, apresentando quase a mesma idade dos presos políticos. Todos viveram o mesmo período que ficou conhecido na historiografia como anos de chumbo da ditadura e, embora com valores ideológicos e princípios políticos diversos, não deixaram de apresentar afinidades, fossem em gostos artísticos, esportivos, etc.

Os carcereiros, preocupados com suas funções, buscavam evitar maiores problemas dentro do IPPS, um ambiente pesado, violento, onde o risco de perder a vida em rebeliões ou sofrer agressão por parte dos internos fazia parte do dia-a-dia. Somem-se a isso os laços, se não de amizade, mas de proximidade que acabaram surgindo em virtude da convivência intensa com os presos políticos – a princípio, pelo isolamento ao qual estavam submetidos, os “subversivos” só tinham os agentes penitenciários para dialogar.

A própria direção do presídio, com o passar do tempo, deixou de cobrar um tratamento tão rígido dos presos políticos, embora houvesse momentos posteriores de recrudescimento. Tendo-se em conta todos esses elementos, entendemos o porquê das pontes estabelecidas entre os carcereiros e os militantes encarcerados, uma relação fronteiriça que permitiu aos ativistas melhores condições de existência nos cárceres e mesmo a reconstrução de identidades e perspectivas políticas.

Quando da chegada dos primeiros ativistas ao IPPS, no começo da década de 1970, no clima do anticomunismo e do medo do “terrorismo” da esquerda (CORDEIRO, 2015), difundido por governo e imprensa, o estereótipo predominante acerca dos presos políticos era o de “homens perigosos, assassinos, pessoas más que deveriam ser vigiadas e controladas”, conforme nos informou Antônio Rodrigues. Pilar Calveiro (2013), se referindo às prisões argentinas, aborda como é significativo o uso da linguagem nos cárceres, como certas palavras são substituídas por outras enfatizando um sentido.

Tais substituições denotam a intenção de desumanizar as vítimas e dar um papel tranquilizador para os agentes do sistema, que não se sentiriam culpados ou incomodados por terem de praticar algumas ações mais duras. Os militantes de esquerda eram “terroristas” e “subversivos”, que atentaram contra a ordem social e política e atingiram “pessoas de bem”. Assim, era de se esperar que os carcereiros fossem duros com os mesmos, a fim de puni-los, controlá-los ou inibir comportamentos semelhantes. A historiadora Janaína Cordeiro (2015, p. 269) enfatiza que termos

empregados pela ditadura, como “subversivos” e “terroristas”, acabaram internalizados por extensos segmentos da sociedade, inclusive por setores de esquerda, sem que isso implicasse apoio ao regime.

Os ativistas da luta armada repudiavam veementemente esses vocábulos. Conforme o ex-integrante da ALN, José Machado, os militantes argumentavam e buscavam demonstrar que não eram presos comuns, mas presos da Justiça Federal e do Estado. Estavam ali por outras razões – fatores políticos – não por terem roubado, com fins de riqueza pessoal, ou matado alguém ou porque tinham traficado. Exigiam respeito. Passaram a enfatizar, dentro dos processos de reconstrução de identidades, o caráter de presos políticos. Dessa forma, buscavam explicitar que não eram os algozes, mas as vítimas do sistema político-ditatorial então imperante no Brasil. Em sentido inverso, deixavam transparecer que caso sofressem algo – mortes, agressões –, a responsabilidade era do governo e de seus agentes, como aqueles que trabalhavam no IPPS. Usar o termo *preso político* constituía-se, pois, uma forma de se contrapor ao discurso feito pela ditadura e exigir igualmente um tratamento mais digno dentro do presídio. Não era apenas uma questão linguística. Existia todo um embate político e identitário em jogo, como se percebe.

Não surpreende, pois, que Antônio Rodrigues tenha deixado implícita uma ressalva inicial em relação aos militantes de esquerda presos no IPPS, quando da palestra na SEJUS sobre os 51 anos do Golpe de 64. Esse senão acaba por afrontar o sentido de conciliação manifestado em sua fala no evento governamental e no próprio depoimento prestado para nossa pesquisa. Dentro do processo de construção e reconstrução das memórias e identidades, talvez cause incômodo ao funcionário público lembrar que exerceu a função de carcereiro de presos políticos durante uma ditadura, vigiando pessoas das quais depois se tornou muito próximo. Para Rodrigues e vários setores da sociedade, tal postura é uma forma de lidar com determinados aspectos do passado que, no presente, não são mais aceitáveis. Daí as minimizações do que se passou, o recurso ao humor, as idealizações do passado, os silêncios. É, como lembra a historiadora Janaina Cordeiro, uma construção de memórias confortantes (CORDEIRO, 2018).

Não obstante, Rodrigues acabou por revelar que havia resistências, sobretudo nos primeiros anos, dos funcionários do presídio em relação aos “terroristas”. Antônio Rodrigues, no começo da década de 1970, era estudante de ensino médio, futuro universitário, com 19 anos, recém-aprovado em concurso para a função de guarda de presídio, denominação pouco utilizada – era voz geral o emprego do termo carcereiro (atualmente a função é chamada de agente penitenciário). Em seu depoimento, contou-nos que:

A direção chamava a atenção para os presos “subversivos”. A gente só devia conversar apenas o estritamente necessário com eles. Não podia haver comunicação de jeito algum entre eles. Os presos políticos eram recolhidos ao pavilhão sete do IPPS, dividido em duas galerias. Não podiam se comunicar, embora eles tivessem contato visual, porque os portões eram de frente um pro outro. Mas é claro que eles conversavam, não adiantava dizer que era proibido, que era ordem da direção [risos]. Tomavam banho de sol separados, tinha um espaço só para eles, vigiados o tempo todo. Não podiam ter contato com os presos comuns e olhe que naquela época eles [os presos comuns] passavam o dia à vontade, dentro do presídio. Os presos comuns não podiam ir para perto do portão dos presos políticos, mas claro que na prática havia alguma comunicação.

Pelas palavras de Antônio Rodrigues, observa-se o descompasso entre as orientações recebidas da direção e as dificuldades de implementá-las. Pensando com Certeau (2004), as fronteiras eram transgredidas, violadas, permitindo novas construções, usos e desdobramentos, como veremos adiante.

Afora o rigor em cuidar dos “terroristas”, havia por parte do sistema prisional da ditadura a intenção de não deixar os presos à vontade, de incomodá-los, de puni-los, para além do cumprimento da pena. O isolamento, a coerção disciplinar, a solidão visavam, como diz Foucault (1987, p. 212), a imobilidade do corpo e do espírito do presos.

Os militantes da esquerda armada, nessa condição, não deviam ter contatos com os presos comuns, nem entre eles próprios. Isolados, não teriam como se organizar na intenção de reivindicar qualquer mudança. Isolá-los era uma forma de impor a submissão do indivíduo aos objetivos da instituição carcerária. Relatou William Montenegro:

Havia um rigor nos primeiros tempos. Para sair da cela, para ir a um médico, dentista, exame, era muito difícil, tinha que pedir licença à direção. O banho de sol era muito curto, muito, muito curto. A direção [do IPPS] tinha um cuidado excessivo, achava, sei lá, que um grupo, um agrupamento fosse lá para nos tirar, etc. etc. Ficávamos presos permanentemente nas celas. Mas o processo foi amenizando (...). A aproximação com os carcereiros foi mais rápida, no começo um receio muito grande, mas depois foi se liberando. Eles estavam lá de vez em quando e os presos comuns, né, porque a gente estava dentro das celas, não podia sair. Então, quem limpava as celas e os corredores, eram os presos comuns, traziam a comida.

Isolados, incomunicáveis, abatidos com a derrota política, com sequelas ainda das torturas sofridas, abalados psicologicamente e tendo nos carcereiros e presos comuns encarregados da limpeza a única possibilidade de interlocução, não surpreende que os militantes de esquerda tentassem uma aproximação. Mas a fronteira, a princípio, separa grupos, delimita espaços, afasta. Ali se percebia como nas relações entre presos e carcereiros, as hierarquizações e estereotípias estavam presentes.

Do mesmo modo que havia estereótipos dos funcionários em relação aos presos, estes igualmente apresentavam construções acerca dos carcereiros. Para saber qual o perfil do carcereiro, se rigoroso ou tolerante, no convívio diário os presos faziam “testes”, buscavam aproximações, ensaiavam negociações e acordos tácitos. Tentavam saber até que ponto podiam violar as fronteiras e avançar na “transgressão”. A “classificação”, o estereótipo do agente era então fixado conforme ele tolerava ou não certas práticas ou condutas. Conforme Célio Miranda, ex-integrante do PCBR, preso entre 1972-73 no IPPS:

No começo a gente não tinha espaço com eles, de jeito algum. Aí nesse período a gente tentava quebrar o gelo, fazia umas brincadeiras com eles quando descia para o recreio. Eu e o Fabiani [Cunha] ficávamos bolando, vamos fazer medos a eles, já que eles acham que a gente é terrorista. A gente descia a escada com uma bola, então, eu jogava a bola assim, para a bola ir na frente, né? Para a gente correr atrás da bola, para eles correrem também atrás da gente [risos]. E eles corriam atrás da gente também! [risos]. Aí eu dizia: “calma, rapaz, a gente não é terrorista, não!” “Vocês estão com medo da gente? A gente vai fazer o que com vocês?” Aí eles riam também. Aí aos poucos a gente foi se aproximando, e eles foram sentindo que a gente não era aquilo que diziam. Aí eles ficaram muito amigos da gente.

Não obstante o estereótipo fixado acerca dos presos políticos, os carcereiros, ou uma parte deles, pelo menos, foi mudando de visão. Perceberam as diferenças entre os “subversivos” e os presos comuns do IPPS. Notaram afinidades e gostos, jovens que eram todos, gente de classe média, pessoas com algum grau de instrução.

Por vezes, eram afinidades pessoais – um gosto por uma música ou um artista, a paixão por um time de futebol. Curiosidades de conhecer melhor aqueles “terroristas”. Fossem quaisquer as razões, o certo é que as pontes fronteiriças foram aos poucos sendo construídas. Informou-nos Antônio Rodrigues:

Havia de início determinações muito rigorosas da direção sobre como tratar com eles [os presos políticos], sobre a conduta deles. Depois, as coisas foram naturalmente mais flexíveis. Eles estavam lá, não davam trabalho, as relações foram melhorando, menos tensas. Eles eram pessoas estudadas, falavam bem, organizavam bem as ideias. Eram bastante diferentes dos presos comuns, nossa relação com os presos políticos era diferente. Eles não eram do tipo de fazerem baderna ou se rebelarem. Não se envolviam com drogas, não consumiam maconha, a droga da época, como muitos dos presos comuns. Não tinham muito problemas.

Do mesmo modo que os presos passaram a melhor entender as peculiaridades dos carcereiros, estes começaram a perceber as especificidades e diferenças dos militantes de esquerda, distante da visão de “perigosos terroristas” estabelecida pelo governo e o consenso de segmentos da sociedade em relação à ditadura no começo dos anos 1970 (CORDEIRO, 2015).

Essa mudança de percepção merece atenção, afinal, trabalhar dentro de um presídio, conforme dissemos, oferece riscos, pelas possibilidades de os funcionários sofrerem alguma agressão ou mesmo perderem a vida no contato com os internos (GOIFMAN, 1998). Parece lugar comum ressaltar hoje as diferenças dos “subversivos” e presos comuns. Temos que evitar anacronismos, visto que a aproximação entre carcereiros e militantes da esquerda armada foi sendo construída, com hesitações, medos, curiosidades, e não estabelecidas instantaneamente, como certo senso comum atual.

Claro que, igualmente a outros locais do País, poderia haver suborno de carcereiros para prestar “favores” a presos (TELES, 2011). Mas à parte a corrupção do sistema prisional, foi necessário certo desprendimento, para não dizer ousadia, de segmentos dos carcereiros em realizarem e aceitarem a aproximação com os “subversivos”. Ultrapassar a fronteira sempre é um risco. Não há certeza do que se encontrará do outro lado.

Os agentes funcionais poderiam estar fazendo avaliações questionáveis e erradas, que a “razão” e a “verdade” poderiam estar com o governo, o qual apontava os militantes da esquerda como “terroristas e assassinos”. Os funcionários poderiam ser punidos pela direção do presídio, por violarem as normas e determinações. Riscos e ousadia. Tanto foi audaciosa aquela postura que parte dos carcereiros, como veremos adiante, relutou em fazer tal aproximação, recusando-se mesmo a trabalhar em plantões no Pavilhão Sete do IPPS, onde estavam encarcerados os militantes políticos.

Não obstante, longe de ser uma unanimidade, ao longo do tempo foi sendo construída, e passou a ser disseminada entre boa parte dos carcereiros, uma visão positiva acerca dos presos políticos. Essa visão positiva foi sendo transmitida aos demais funcionários dos IPPS e passou igualmente a ser associada aos parentes dos presos políticos. A convivência ao longo dos anos foi cada vez mais consolidando as “boas relações”. Um dos ex-militantes, Célio Miranda, contou que era tal a confiança que, nos dias que os presos políticos podiam usar a biblioteca do IPPS, ficava no recinto apenas uma funcionária, sem guarda algum.

Negociando nos cárceres

A prisão, ao apresentar fronteiras, separa, mas igualmente põe grupos distintos em contato, possibilitando espaços de trocas, intercâmbios e negociações. Ratifica-se o pensamento de Kiko Goifman, para quem “negociar parece uma palavra-chave para compreender o cotidiano das prisões brasileiras, onde estão presentes tensões e dilemas relativos ao exercício diário de estatutos e regulamentos” (GOIFMAN, 1998. P. 27).

A convivência menos tensa interessava não apenas aos presos políticos, mas igualmente aos carcereiros e direção prisional. Em um ambiente violento como uma prisão, constituía-se alívio saber que se estava lidando e convivendo com internos que “não dariam trabalho”, não tentariam realizar fugas, motins, consumir drogas ou tramar assassinatos de funcionários, como se dava, por vezes, com os presos comuns. Some-se a isso, o número menor de presos políticos, numa ala isolada, quando comparado à massa carcerária do IPPS.

Na prisão, os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos de diretores e funcionários (GOFFMAN, 1974, p. 42). Eram os carcereiros que abriam as celas pela manhã, às 7h, para os presos políticos receberem ou fazerem o café da manhã (café e pão). Abertas as celas, os internos poderiam ficar circulando pela galeria do pavilhão. Cabia àqueles funcionários, por volta de 9h, conduzir os militantes em fila para o banho de sol no pátio e trazê-los de volta para o segundo andar do P7. Os carcereiros, às 20h, após toque de uma sirene (“daquelas de fábrica”, disse-nos Antônio Rodrigues), conferiam os ativistas recolhidos às respectivas celas, trancando-as com os cadeados. À proporção que os anos passavam, as negociações e aproximações entre agentes prisionais e “subversivos” se intensificavam. O convívio diário e os contatos fronteiriços tornaram-se cada vez maiores. Em seu depoimento, falou-nos José Machado, ex-integrante de ALN e PCBR, preso no IPPS entre 1972-73:

Os carcereiros... a gente toda noite dava sopa para eles, erámos próximos. Eles chegavam para a gente e diziam, “a gente nota que vocês são diferentes, vocês não são marginais. A gente tem mais é que aprender com vocês” [risos]. Eram novos, pessoas intelectualizadas, universitários. Eles iam buscar livros nas casas da gente, sem cobrar nada. Pouca gente sabe disso. Eles iam buscar livro, material para a gente estudar. Arranjavam espelho, faquinhas para cortar as frutas, buscavam material em casa....

Não ter informações externas e/ou apresentar objetos pessoais são formas de desestruturação e controle de um indivíduo na prisão (FOUCAULT, 1987). Ora, à medida que os agentes penitenciários permitiam e até ajudavam os internos a receberem notícias do além muros ou possuírem objetos pessoais, estavam contribuindo para a afirmação individual e psicológica dos militantes de esquerda. Rompiam igualmente o isolamento que a ditadura buscava dar a seus inimigos políticos. Tornavam mais suportáveis as condições de vida dentro dos cárceres.

Não que estivessem demonstrando afinidade com o pensamento político socialista. A fronteira entre eles, assim, continuava a existir. Foram apenas construídas algumas pontes, possibilitados contatos e atitudes, frutos da violação fronteiriça. Podemos dizer que se deram *virtudes cotidianas*, como entende Pilar Calveiro ao tratar de algumas concessões feitas por agentes da ditadura argentina nos campos de concentração e extermínio existentes no país platino, no final dos anos 1970 e começo dos 1980:

Aquelas ações individuais que contrariam a ordem concentracionária em benefício de uma ou várias pessoas, mas sempre de sujeitos específicos, não de ideias abstratas. As virtudes cotidianas não são praticadas como grandes atos públicos, mas como parte da cordialidade; passam despercebidas, salvo para quem se beneficia delas, e normalmente representam um compromisso muito sério, inclusive às vezes colocando em risco a vida de quem as executa (CALVEIRO, 2013, p. 122).

O apoio dos carcereiros, levando e trazendo informações de parentes, aliviava um pouco a saudade, possibilitando algum equilíbrio emocional. O apoio permitia comprar matérias-primas para as oficinas e propiciava a continuidade dos trabalhos, importante para passar o tempo dentro dos cárceres e uma forma de obter rendimentos pecuniários.

Os livros e jornais, que os carcereiros conseguiam, permitiam aos militantes repensar seus projetos políticos e fazer a autocrítica. Até mesmo os meros bate-papos com os agentes penitenciários, “jogar conversa fora”, não devem ser menosprezados dentro do processo de reconstrução da identidade do militante de esquerda armado detido no IPPS.

As relações entre presos políticos e carcereiros no IPPS foram igualmente distintas quando comparadas com o que aconteceu, por exemplo, no presídio de Itamaracá. Mário Albuquerque, que veio do presídio pernambucano para o cearense em 1975, foi taxativo:

A relação nossa com os agentes [do IPPS] era muito boa, bem menos tensa do que acontecia em Pernambuco. Aqui era completamente diferente. (...) Era um céu, um céu em relação ao que eu estava vindo. Um céu individual. Quando eu escrevia para o pessoal em outros presídios dizendo isso, os caras achavam que era sacanagem minha, que eu estava sacaneando com eles [risos]. Era um clima mais relaxado, não era aquele clima pesado de Itamaracá.

Tão fortes os laços que as amizades entre alguns agentes e presos políticos continuaram mesmo após estes cumprirem as penas no IPPS, conforme revelou Célio Miranda:

Não todos eles, mas parte deles passaram a ser amigos da gente e tudo e fazia favores como levar uma carta, de trazer um encomenda, trazer um queijo, uma verdura, uma fruta, né? Ou levar presentes... Eles passaram a fazer isso aí. E quando eu fui solto essa amizade continuou. Inclusive, um deles, eu passei até a frequentar a casa dele quando eu fui solto. Aniversário, encontro de jovens, ouvir música. Era o Fernando Moreira, chamava ele de Moreira.

Mas o contato entre presos políticos e carcereiros não teria ficado apenas nas simpatias mútuas e favores. Muitos dos carcereiros eram universitários, alguns, como no caso de Antônio Rodrigues, até com militância posterior no movimento estudantil. O contato com os presos políticos não deixou de contribuir para o processo de entendimento do que se passava no Brasil por parte dos agentes prisionais. Nas fronteiras, trocas e influências mútuas aconteceram. Segundo Antônio Rodrigues:

Eu não tinha ligação política, mas no meio universitário, naquela época, a grande bandeira era a reabertura da UNE e dos Diretórios Centrais dos Estudantes. Eu trabalhei diretamente, durante vários anos, com os presos políticos. Eu era sempre um dos agentes designados para trabalhar lá. E aprendi muito. A minha escola política, na verdade,

foi essa convivência com os presos políticos, uma preocupação social, entender as injustiças da sociedade. Eu era estudante universitário, vivia então em dois mundos, o mundo acadêmico e o mundo da prisão. Isso por vezes provocava choques, divisão pessoal. Coisas que eu via na universidade, tinha chances de conversar com eles. Eu questionava mesmo o sistema de educação, pois na época teve a famosa reforma da educação do [ministro] Jarbas Passarinho.

Portanto, se percebe que na fronteira entre presos políticos e carcereiros no IPPS, os contatos mútuos levaram a questionamentos de estereótipos e a influências mútuas. Se os agentes prisionais contribuíram, com seus favores e diálogos, com algum apoio psicológico, para melhores condições de vida nos cárceres e reflexões políticas dos militantes da esquerda armada dentro do presídio, os presos políticos não deixaram de também moldar os primeiros, sobretudo chamando a atenção para o regime autoritário que imperava no País e mesmo os politizando. Ratificando o pensamento de Certeau (2004), a fronteira, ao ser violada, permitia a transgressão, mas também o contato e o diálogo mútuo.

Zona de atrito

Afirmar que havia proximidades e negociações na fronteira não implicava que existisse uma completa harmonia ou uma conduta igual entre carcereiros e presos políticos. Não se podem esquecer as afinidades pessoais como um elemento para as aproximações entre os dois grupos. Tensões existiam, bem como limites para os contatos nas fronteiras, que não podiam ser por demais ultrapassadas, sob pena de punições para agentes funcionais e militantes de esquerda e de se colocar em risco as próprias concessões e negociações.

Como afirma Kiko Goifman (1998, p. 78), a respeito do cotidiano das prisões, as negociações que marcavam as relações entre presos e corpo funcional implicavam na existência de regras não-escritas e acordos sociais pertinentes na organização de condutas no ambiente carcerário. Por mais que houvesse flexões e proximidades, as regras, negociações e acordos tácitos sobre o proceder e o atuar estabelecidos entre carcereiros e presos deviam obedecer a marcos. Diz Célio Miranda, ex-militante do PCBR:

Mas a gente não querendo prejudicar, porque a gente tinha a compreensão que eles eram estudantes, tinham conseguido aquele emprego ali, que era importante para a vida deles, então, a gente procurava ser compreensivo, não se expor muito, não criar problemas para eles e nem para nós.

Quando os acordos tácitos eram violados ou quando a fronteira entre presos políticos e carcereiros era ultrapassada em demasia, havia grandes chances de atritos. Os carcereiros não podiam deixar de lembrar a autoridade de seus cargos e o lugar e limites a serem respeitados pelos presos políticos. Disse-nos Antônio Rodrigues:

Lembro bem que tinha um agente, que era maranhense, e um preso político, também maranhense, muito conhecido, o Manuel da Conceição. Então, como eram conterrâneos, surgiu uma afinidade entre eles, uma simpatia mútua por serem maranhenses. Não lembro exatamente do fato, mas teve um dia que o agente teve uma atitude mais enérgica

com o Manuel da Conceição. Aí tiveram um atrito sério, uma discussão séria. Eles tinham uma relação por serem conterrâneos, mas nesse dia o agente achou que as coisas tinham limites.

Mesmo com as pontes estabelecidas na fronteira, as relações cordiais e afinidades pessoais por ventura existentes, os agentes penitenciários não deixavam de monitorar os presos políticos. Nesse sentido, numa das evidentes contradições da fronteira, a proximidade com os militantes de esquerda acabava sendo útil para o exercício das funções estabelecidas pela direção do presídio aos agentes.

Para tanto, contribuía a pouca privacidade que os presos apresentavam dentro do presídio. Sem muita privacidade e estando em contato com os agentes, os militantes da esquerda armada estavam sob a fiscalização da ditadura. Conforme ainda Antônio Rodrigues:

As celas eram dois metros por três. Aí eles faziam o que chamavam de come-quieto. Botavam papelão, papel, jornal na grade vazada e fechavam. Era frágil, né, podia ser derrubado, mas todo mundo respeitava, mas era sagrado, pois era para respeitar a individualidade deles. Mas a gente tinha que saber o que estava acontecendo. Sempre tinha um espaço, uma abertura que dava para ver.

Não por acaso, os presos políticos igualmente procuravam impor restrições aos contatos na fronteira. Os agentes penitenciários também não podiam avançar muito. Dessa maneira, nem tudo de interesse dos militantes de esquerda era falado aos carcereiros, afinal, por mais que estes se mostrassem amigos e cordiais, eram “homens do sistema”, trabalhavam, literalmente, para a ditadura. Os ativistas restringiam o que falavam, temendo que alguma informação nova fosse repassada aos órgãos de repressão e complicasse sua situação ante a Justiça Militar. Relatou Rodrigues:

Eles [os presos políticos] se aproximavam, puxavam conversa, entendiam que estávamos ali trabalhando, cumprindo nossas obrigações. Mas não falavam de tudo com a gente, não. Eles tinham restrições a falar sobre questões políticas, sobre como foram as ações deles, por exemplo.

Não se pode fazer generalizações quantos às negociações e concessões na fronteira. Nem todos os militantes, sobremaneira nos primeiros tempos, desejavam contato com os carcereiros, afinal, estes eram gente “do outro lado”, pessoas vinculadas à ditadura. Havia agentes prisionais, mais duros, que reprimiam as condutas irregulares dos internos, “tratavam preso no pau”, como chegou a dizer Ernesto Sales, filho do ex-integrante da ALN, José Sales; outros carcereiros faziam vistas grossas para as negociações, mas não participavam diretamente das mesmas, embora também não as repreendessem, conforme afirmou Mário Albuquerque. Nem todos os carcereiros simpatizavam ou gostavam de trabalhar com os presos políticos. Fosse por uma questão ideológica ou afinidade pessoal ou profissional, funcionários recusavam plantões no Pavilhão Sete, como nos revelou Antônio Rodrigues.

Os militantes da esquerda armada no IPPS, portadores de maior grau de instrução, “politizados” e organizados no coletivo, eram “exigentes”, questionadores, não admitiam ser tratados como presos comuns e, assim, podiam trazer “problemas” para os agentes penitenciários nos plantões. No expediente, num ambiente tenso, onde o

risco de rebelião era possibilidade concreta, trabalhando em jornadas de 24 horas (com folga de 48 horas), com a labuta entrando noite adentro, os carcereiros desejavam evitar problemas nos seus turnos. Aqui percebemos explicitamente as disputas de memórias dentro das reconstruções mnemônicas dos presos políticos entrevistados e de Antônio Rodrigues em seu depoimento. Para os primeiros, os carcereiros gostavam de trabalhar no pavilhão sete onde estavam os “subversivos”. Por não se verem como presos comuns, por sua condição social e política, os militantes talvez achassem normal que os carcereiros não lhes tivessem restrições, como dá a entender José Machado:

Os carcereiros tinham medo era dos presos comuns. Da gente, não. Um dia faltou energia elétrica antes de nós sermos recolhidos às celas. Um cara [preso comum] saiu lá, no escuro, furando todo mundo, com uma faca, sem saber quem. Saiu uma porrada de gente furada. Os carcereiros diziam: “quando sou escalado pra trabalhar aqui, é tranquilo. Quando sou escalado para trabalhar no outro lado, eu morro de medo”.

Não obstante, apesar dos riscos de contato com os presos comuns, o caráter reivindicador e questionador dos presos políticos e/ou uma postura ideológica anticomunista levavam alguns agentes a evitá-los. Antônio Rodrigues revelou que:

A maioria dos agentes não queria ir lá trabalhar com os presos políticos. Porque eles eram mais esclarecidos, digamos assim [risos], mais cheios de razão, cheios de direitos, sabiam argumentar. E tinham aqueles agentes que tinha uma postura mais militarizada, que tinha preconceito, que achava que preso político era subversivo, que era um pessoal perigoso, terrorista, que fazia assalto a banco, enfim. Então, tinha colegas que não gostavam, que não queriam ir de jeito nenhum. Por isso que trabalhei muito tempo lá [com os presos políticos], pois tinham agente que era designado e não queria ir. (...) Geralmente era a mesma equipes de agentes que trabalhavam com eles, já eram entrosados.

O fato de serem quase sempre os mesmos agentes nos plantões facilitou, como era de se esperar, um maior entrosamento e proximidade entre vigilantes e vigiados. Em contato com os mesmos funcionários, os militantes talvez não percebessem as restrições que alguns dos agentes apresentavam contra eles.

Nos depoimentos colhidos, nenhum dos presos políticos mencionou casos pessoais de atritos com carcereiros. Talvez porque realmente não vivenciaram maiores conflitos ou não lembrassem. Talvez porque, com as reconstruções das memórias conciliatórias acerca do período, optaram por silenciar sobre eventuais momentos de tensão com os agentes da guarda de segurança.

Algumas escaramuças, contudo, não deixaram de verificar-se, por mais que as relações fossem mais flexíveis, como se percebe na fala do ex-agente Antônio Rodrigues acerca do atrito entre o carcereiro maranhense e o comunista Manuel da Conceição.

Se os intercâmbios, as trocas e as acomodações na fronteira presos políticos-carcereiros não garantiram, por completo, a estabilidade das relações na prisão, situações imprevisíveis ou momentos de embate tornavam tais relações ainda mais delicadas. Nos períodos de maior inflexão e embate entre militantes e direção prisional e a ditadura, a tensão se elevava na fronteira e as pontes ficavam mais distantes, por vezes sumiam. Por mais que tivessem simpatias e amizades com os ditos “subversivos”, os agentes apresentavam responsabilidades e obrigações a cumprir perante o

presídio como funcionários do Estado. Nesses períodos, a melhor posição para os agentes era cumprir estritamente suas funções, evitando maiores complicações, embora os constrangimentos fossem inevitáveis.

Diz Antônio Rodrigues:

[Nesses momentos de atritos] a gente adotava uma coisa regular, uma postura regular. Se havia uma manifestação, documento dos presos com alguma reivindicação, a gente comunicava à direção. (...) Teve um caso difícil. Foi uma visita de auditores, promotores, da Justiça Militar, uma visita cordial. Estava tudo [ocorrendo] numa boa. Aí quando os auditores iam saindo, cumprimentaram um a um os presos políticos. Mas um deles recusou o cumprimento, colocando as mãos para trás. Ele disse: “acha que vou cumprimentar vocês? Vou não. Vocês são inimigos fingindo de amigo”. Foi superconstrangedor, para os outros presos, que já tinham cumprimentado, e para a gente, que ficou ali sem saber o que fazer. Os promotores nem cumprimentaram mais o resto dos presos.

Cumprir com as obrigações funcionais não podia ser relevado pelos agentes penitenciários, visto que poderiam ser repreendidos e punidos, talvez até agredidos. Havia outras fronteiras para os carcereiros. O mundo dos responsáveis pela administração do presídio apresentava igualmente hierarquias, com distanciamentos e contatos esporádicos entre os ocupantes da cúpula diretiva, geralmente militares, e os agentes. Antônio Rodrigues, em seu depoimento, deu a entender certa tensão entre os militares e os civis que trabalhavam no presídio. Observemos que geralmente o diretor do IPPS era um coronel da Polícia Militar e outros militares, como os policiais que faziam a segurança externa, estavam presentes no cotidiano da instituição. Os agentes penitenciários não escapavam à opressão do próprio sistema prisional da ditadura em que trabalhavam.

Conclusão

A fronteira divide, segrega, afasta grupos sociais distintos. Numa ironia, porém, a linha também une, põem em contatos os diversos. Nas pontes estabelecidas, as trocas acontecem. As influências sucedem-se. Os intercâmbios se dão. Nos anos 1970, em plena ditadura civil-militar, o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), perto de Fortaleza, acolheu os militantes da esquerda armada. De início, os ativistas foram submetidos à rígida disciplina e isolamento. Buscaram romper com a cláusula, se aproximando dos carcereiros. Entre os dois grupos, distintos e separados por fronteiras, pontes foram estabelecidas e trocas ocorreram. Num presídio, os grupos apresentam entre visões estereotipadas de outros. Segundo a propaganda dos generais, os militantes da esquerda armada eram perigosos “terroristas”. Os militantes, por sua vez, repudiavam o termo e tendiam a ver os carcereiros como agentes serviços da repressão do Estado ditatorial.

Aos poucos, as concepções pré-estabelecidas entre os dois grupos foram mudando. Agentes prisionais perceberam que os militantes políticos eram diferentes dos presos comuns, no que toca ao comportamento. Isso lhes era um fato importante, pelo temor que tinham da violência cotidiana do presídio. Agentes chegaram a ser politizados pelos ativistas e se tornaram mesmo amigos pessoais. Os militantes contavam com o apoio e prestação de pequenos favores dos carcereiros para atenuar as dificuldades de existência dentro do presídio. Não se pode, porém, fazer generalizações. Nem todos os ativistas confiavam nos agentes penitenciários, temendo que estes pudessem passar

informações para a repressão. Agentes, por sua vez, temiam o “caráter reivindicatório” e questionador dos militantes. Apesar dos óbices, essas relações fronteiriças tiveram sua importância para os presos políticos se repensarem como indivíduos e militantes após a frustração e as dores (físicas e psicológicas) da derrota da luta armada das esquerdas no fim dos anos 1960 e início dos 1970.

Referências:

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CORDEIRO, Janaina Martins de. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CORDEIRO, Janaina Martins de; CARVALHO, Keila; SOUZA, César. *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Editora Prisma, 2018.
- CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79)*. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a Ditadura Militar*. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- MOG, William. *Fronteiras intangíveis: Um olhar sobre o espaço público do Parque Germânia em Porto Alegre/RS*. In: <https://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2017/06/fronteirasintang.pdf> Acesso em 04/11/2017.
- RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório*. 2007, 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
- SUSSEKIND, Elisabeth. *Estratégias de Sobrevivência e de Convivência nas Prisões do Rio de Janeiro*. 2014, 380 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, 2014.
- TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

Entrevistados

- Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.
- Célio Miranda, ex-militante do PCBR, entrevistado a 8 de julho de 2016.
- Ernesto Sales, filho do ex-militante da ALN, José Sales de Oliveira, entrevistado a 17 de maio de 2017.
- José Machado, ex-militante da ALN e PCBR, entrevistado a 4 de agosto de 2016.
- Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR, entrevistado a 14 de abril de 2016.
- William Montenegro, ex-militante da ALN, entrevista a 24 de setembro de 2016.

Submissão: 11/12/2018

Aceite: 30/07/2019